PROJETO DE LEI Nº 200 ; de 1969 €LI - President

FLS. N.o. 01
PROCLG 66

PROTOGOS 1975
Ass. 7

Dispõe sobre concessao dé documentos a ex-detentos que tenham cumprido integral mente suas tornando penas antecedentes criminais OS sigilosos, desde nao que reincidam no crime.

The state of the s

Publique-se Inclua-se em

Artigo 1º - Todos os apenados, condenados e cumprindo pena no Estado de São Paulo, que cumprirem integralmen te suas sentenças, terão direito à toda documentação que for de competência do referido estado, sem qualquer tipo de restrição;

Artigo 2º - Todos os apenados, condenados e cumprindo pena no Estado de São Paulo, que cumprirem integralmen te suas penas, terão seus antecedentes criminais considerados sigilosos e à disposição somente da Justiça e autoridades policiais, sendo absolutamente proibida sua divulgação.

Paragrafo 1º - Terão os mesmos direitos constantes nos artigos 1º e desta Lei, todos os réus primários que venham a se beneficiar de indulto, graça, anistia, perdão ou liberdade condicional, desde que não tenham sido condenados pelos chamados crimes hediondos.

Paragrafo 2º - Perderão irremediavelmente todos os direitos constantes dos Arts. 1º e desta Lei, todos os que vierem a reincidir no crime, mesmo que venham a cumprir integralmente suas novas sentenças.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor apos sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

FLS. N.o. 66 PROC. 1666

Edna Macedo

Deputada Estadual

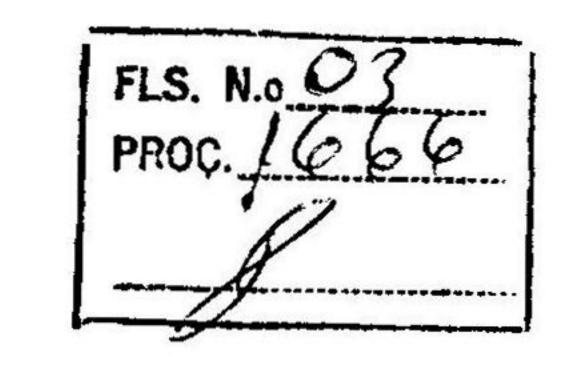
Divisão de Ordenamento Legislatico Esta proposição contém

proposição conte Lassinaturas

SDC, 20

/199 5

Chefo de Seção



JUSTIFICATIVA

É preocupante o fato de que pouquissimos ex-detentos, que já cumpriram suas penas, consigam, de fato, reintegrar-se à sociedade de maneira plena, permanecendo alguns na miséria e a maioria reingressando no crime.

Uma das maiores causas, sem dúvida, é o fato de ser-lhes impossível descartar-se de seus "antecedentes", apesar de estarem quites com a Justiça.

E para acabar com esta situação e dar aos ex-condenados uma chance maior de recuperação, que apresenta-mos este Projeto de Lei.

Ednarsth



